

PODCAST STM EP 03

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.

Oi, gente, tudo bem com vocês? Voltamos com o podcast do Superior Tribunal Militar no seu terceiro e último episódio sobre a história da Justiça Militar. Agora, o presidente do STM, o ministro Francisco Joseli Parente Camelo, vai nos levar para a participação da Justiça Militar da União na história do Brasil, desde a Segunda Grande Guerra Mundial até o período posterior ao regime militar de 1964. Acompanhe.

A história do tribunal é muito grande, é muito rica, e se a gente não aproveitar, o senhor que tem esse conhecimento vá sobre a história da Justiça Militar, a história militar do país, a gente pede a oportunidade. Dando um salto ainda no período Vargas, aí nós tivemos a Segunda Grande Guerra Mundial, e o Brasil foi levado ao fronte, e a Justiça Militar foi junto. Como é isso, ministro? Isso.

Então, nós tivemos, em 1944, foi declarada a guerra aos países do Oeste em 1942, e em 1934 nós tivemos a Força Expressionária, nosso Esquadrão de Caça e a participação brasileira no Teatro de Operações Então, naquele ano, nós mandamos o Comando Supremo Militar, que ficou em Nápoles, e duas auditorias acompanharam todos os movimentos de nossas tropas. E ali nós julgamos 271 processos, sendo que um deles tivemos a condenação de morte de dois soldados. E como é que funcionavam esses colegiados? Eles acompanhavam as tropas? Eles acompanhavam as tropas e iam julgando imediatamente todo aquele... Tinha a celeridade, então.

Tinha a celeridade para julgar naquele momento, e era muito rápido o julgamento. E aí tinha a primeira instância e a segunda instância? A primeira instância e a segunda instância. Nós mandamos ministros também? Mandamos, então, ministros, teve lá também advogados, foram nomeados, então, aqueles ministros e aqueles juízes de primeira instância para estarem lá, atuando lá.

E atuou durante a... O Supremo, o Tribunal, o Supremo, o Conselho Supremo, acabou no final do ano voltando para o Brasil. Não ficou até o final da guerra, mas as auditorias ficaram até o final. Até o final da guerra.

O senhor falou quantos processos? 271 processos. E duas penas de morte? Duas penas de morte. E foram feitas as... Cumpridas as penas? Porque como já foi no final da guerra, voltaram para o Brasil e o presidente Getúlio Vargas comutou para 30 anos de prisão.

30 anos de prisão. 30 anos. E tinha que ser por fuzilamento, né? Tinha que ser por fuzilamento.

la ser uma coisa bem diferente aqui para a realidade brasileira. Em 59, 70, a gente teve também participação da Justiça Militar em alguns casos interessantes, que é

Jacareacanga e Araraquas, e a greve do ABC, paulista, que tem, inclusive, um personagem que é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, né? Sim. Primeiro, Jacareacanga e Araraquas.

Na década de 50, então, nós tivemos um envolvimento político muito grande por conta da eleição do Eduardo Gomes, o nosso patrono, né? Então, ele, em 1956, ele, em 54, assumiu, quando o Getúlio suicidou-se, assumiu o vice-presidente, o Café Filho, e ele foi convidado para ser ministro da Aeronáutica, foi o ministro da Aeronáutica. Mas, houve a eleição, depois, para presidente da República, onde o Juscelino Kubitschek, seu nomeicano, ele disputou ali com o Joaré Stávão, não tenho muito a acertar, mas o Juscelino Kubitschek não teve maioria de votos, teve 35% de votos. E, com isso, Eduardo Gomes e o partido dele, Lacerda, não aceitavam que a eleição valesse porque não tinha mais de 50%.

Embora, nós sabemos que, na Constituição de 46, não previa que tivesse maioria absoluta. Era permitido, então, a esplanar, né? Era permitido, então, a esplanar. Então, foi aquele, após a eleição, houve um movimento forte nas forças, inclusive na Aeronáutica, liderado até pelo Eduardo Gomes.

A Marinha também não estava aceitando. Mas, o general Lott dizia o seguinte, olha, ganhou, levou. Aprevisito na Constituição, ele era muito legalista.

E aconteceu que, em novembro, após as eleições, o nosso presidente, o que era vice-presidente, ele ficou doente. E assumiu, então, o Carlos Luz, que era presidente da Câmara. O Carlos Luz não era favorável à assunção do Juscelino Comichégui.

E, numa conversa com o Lott, o Lott entendeu que ele não queria dar posse, ele pediu demissão, Lott. Falou, olha, eu não fico, porque eu entendo que tem que cumprir a lei, então. Disseram às cinco horas da tarde.

Então, o Carlos Luz disse, aceito a sua demissão, amanhã eu vou colocar. E escolheu, então, o general Fiúza. E o Lott, à noite, chegando em casa, tinha um grupo de oficiais generais, oito, dez, que disseram para ele, olha, isso é uma armadilha.

Eles querem que você saia. A posse do outro ficou para o dia seguinte, às dez horas. Querem que você saia para não dar posse ao Juscelino.

Aí o Lott falou, então, não vou aceitar isso. Saíram dali, foram lá para o Ministério da Guerra, pegaram um daqueles planos lá, igual foi na República, botam os militares na rua e tal. E, nisso, alguém liga para o Carlos Luz.

Olha, está havendo problema. Não saiu como combinado. Era uma movimentação militar muito grande.

Sabia o que estava acontecendo. O comando da marinha convida para ele ir lá no

comando da marinha, naquela madrugada. E aí resolve colocar o Carlos Luz no navio daquele, da marinha, para ir, então, para São Paulo.

E o que acontece, então? O Lott diz assim, bombardeia esse navio. Não deixe esse navio sair da Bahia da Guanabara. Naturalmente, não sei se a mira não estava muito boa, mas não acertaram.

Não acertaram, né? E ele foi para São Paulo. Então o Lott articulou com o Congresso que não dava para o Lott assumir. Então assumiu a presidência o presidente do Senado.

Daqui a pouco eu lembro o nome dele. É tanto nome que a gente fica, né? Então o presidente do Senado assumiu. Aí quando o Carlos Luz quer vir, ele fala, olha, você não é mais o presidente.

Você vai vir, mas fizeram lá a negociação. E o presidente que estava doente, então, falou que ficou bom. Foi para casa e estava no seu apartamento ali em Copacabana.

E Lott mandou cercar aquela quadra e não deixar que saísse para assumir. Para que o presidente do Senado permaneça. E aí declararam Estado de Sítio.

O presidente do Senado permaneceu na presidência da República. E ficamos em Estado de Sítio. E assumiram, então, os incêndios.

O que aconteceu? Jacareacanga. A Aeronáutica tinha um grupo muito revoltado que não aceitava. Saíram com algum dos aviões nossos.

Foram para Jacareacanga. Para partir de lá, fazer um levante. E criar uma situação para que derrubassem o presidente Lott.

Como não deu certo, acabaram exilados lá na Bolívia e no Paraguai. Acabaram sendo alistados até pelo presidente. E depois, em 59, tivemos mais um movimento semelhante a esse.

Inclusive, nesse, foi sequestrado um avião civil. Um avião da VAR que estava indo do Santos Dumont para Belém. Esse avião era um avião que, na Aeronáutica, nós não tínhamos avião longe.

Que tivesse uma autonomia maior. Que tivesse que se evadir para um lugar mais distante. Então, esse avião foi sequestrado por um major e um civil.

Levaram para Paraguai. E o interessante é que, nesse avião, tinha um senhor que estava levando o corpo da esposa dele no avião. Quando ele desceu e viu que não estava em Belém, falou, poxa, minha esposa está aí e tal.

Aí, conseguiram pegar o C-47 e levar esse corpo para Belém. Mas essa de Aragar durou três dias, se eu não me engano. Tem alguns fatos interessantes, mas o tempo não

permite a gente.

Mas tem coisas bastante interessantes. E também o Lott amnistiou todos esses elementos. Mas esses processos também estão no STM.

Vários processos. Nesse período, né? O último deles foi um... Ele foi condenado por desecção. Porque quando foram amnistiados todos, um ainda estava fora.

Os outros estavam resolvendo o processo. E esse que chegou depois, falou, não. Não entrou na lista daqueles amnistiados.

Então, vai ser condenado. Acabou sendo condenado por desecção. Um deles.

Ministro, quase finalizando. E eu vou entrar num tema que é o último que eu vou tocar para o senhor. A questão do ABC Paulista.

Exatamente. O que aconteceu no ABC Paulista? Em 1978, um número de greves começaram a se proliferar no nosso país. Greves contra a política econômica de Geisel.

E Geisel, então, resolve tipificar a greve. Ele já estava naquela distensão política dele. Isso, é. E, por sua vez, ele... Ele resolve tipificar a greve na Lei de Segurança Nacional.

Que era uma lei muito dura. Apenas completamente desproporcional. E que ficou, hein? Ficou até o ano de 2022.

Era uma lei realmente muito severa. E, em 1980, tivemos, então, a criação do Partido dos Trabalhadores. O PT.

Lula já era um daqueles grandes líderes sindicais. E tivemos uma greve ali que durou 40 dias. 100 mil pessoas em greve secretária.

Uma greve mesmo daquelas muito longas. Nessa greve, 12 ou 14 líderes sindicais foram presos. Chegaram a ser presos.

Presos em flagrante. Ficaram na prisão um dia. E foram julgados na primeira instância.

E, nesse julgamento, foram condenados. Veio para julgamento do Superior Tribunal Militar. Até o advogado do Lula foi um sepulcro da pertença.

Que morreu recentemente. Que morreu recentemente. E ele, pessoalmente, me contou que ele foi o advogado do Lula.

E a tese que ele colocou é de que crimes de greve não poderiam estar na Lei de Segurança Nacional. Greves para melhoria de qualidade da população deveriam ser da Justiça do Trabalho. Essa tese não foi aceita pela primeira instância.

Deram três anos e quatro meses de prisão. E, ao chegar no tribunal, os ministros

avalizaram essa tese do ministro da pertença, na época advogado, e anularam aquela prisão de primeira instância e mandaram os processos para a Justiça do Trabalho. Isso é uma decisão do Superior Tribunal Militar? Isso, decisão do Superior Tribunal Militar.

Mandaram, então, para lá. Então, nós éramos... Eu acho que nós temos, na Revolução de 1964, o Superior Tribunal Militar foi muito injustiçado. É isso que eu ia falar com o senhor ainda há pouco, que é uma passagem delicada para as suas armadas, quando se fala em esse regime militar, a partir de 1964.

Mas o Superior Tribunal Militar teve um papel muito importante, né, ministro? Importantíssimo, viu? Olha, o Superior Tribunal Militar, eu tive a oportunidade, quando eu fui sabatinado ali no Senado, o senador Aloysio Nunes me falou assim, Brigadeiro, estarei lá acompanhando a sua... Lá na Comissão de Constituição e Justiça, a sua sabatina, porque eu respeito muito a Justiça Militar. Eu fui julgado duas vezes pela Justiça Militar. Isso quem? O Aloysio Nunes Ferreira.

Ele foi senador, ele foi ministro da Ação Exterior. E ele disse, então, olha, uma delas eu saberia que seria condenada. E fui condenado.

E a outra eu tinha certeza que seria absorvida. E fui absorvido. Ou seja, houve justiça.

Então, houve justiça. E o tribunal, por esse exemplo que nós vemos, que aconteceu com o sindicalista, era um tribunal democrático. Um tribunal que via o direito democrático.

Uma situação que nós estávamos julgando uma lei extremamente rigorosa. Se nós não fôssemos uma justiça democrática naquele momento, isso teria virado realmente, nós teríamos criado uma situação terrível no nosso país. Então, eu admiro demais esses nossos antepassados, esses nossos ministros que estiveram.

Embora injustamente nós fôssemos criticados severamente por termos julgado os crimes de segurança nacional. Mas se não fosse o Superior Tribunal Militar, o resultado seria outro. E grandes advogados, inclusive, falam sobre isso, né? Dino Frago, o doutor Ademar Brasileiro, eles consideravam, o Sobral Pinto, que atuou no nosso tribunal.

Técio Lins. Técio Lins. Tem declarações deles extraordinárias, dizendo sempre, esse é o melhor tribunal do Brasil.

E, claramente, disse isso o Sobral Pinto. E eu tirei isso de uma revista verde, que saiu, se não me engano, em 1977. Mas ele participava ativamente na defesa.

Então, é uma alegria a gente falar da justiça militar. É muito bom, é muito gratificante. E eu, cada dia que passa, aprendo um pouco mais da justiça militar.

Aprendo pela atualidade, porque nós, agora, nesse momento, eu acho que o 8 de janeiro foi muito importante para a justiça militar. Embora tenha sido uma coisa realmente

abominável, que nós jamais gostaríamos de ver. Mas por que foi importante? Aquela oportunidade, aquele momento nos deu a oportunidade de a gente mostrar para a sociedade brasileira para que veio a justiça militar.

Qual o papel da justiça militar? A imprensa, eu sempre agradeço muito a imprensa. Eu tenho estado em vários órgãos da imprensa, dando entrevistas, e agradeço pela oportunidade de desmistificar essa história sobre a justiça militar. E, principalmente, tirar todas essas dúvidas, dessas narrativas colocadas pelas redes sociais, que isso tem trazido um prejuízo ao país, às pessoas, às famílias.

Então, quando eu digo que a gente tem que dar um limite para as redes sociais, falam que estou censurando, que estou querendo regular. O que eu quero é ver um país grande, um país à altura do nível do Brasil, uma das dez economias do mundo, um país que não pensa em estar separado, em dividido, um país que tem que estar unido. É isso que eu penso.

O senhor é muito conciliador, inclusive, não é, ministro? Então, eu procuro tudo o que possa levar a ter pontes para causar a conciliação. É isso que nós temos que trabalhar. Nós não temos que trabalhar naquilo que leva ao revanchismo.

E outra coisa, a condenação não é uma vingança. Vamos deixar que a justiça resolva. Nós temos o 8 de janeiro, muita gente sendo julgada.

Tudo está sendo seguido devido a um processo legal, de um juiz ou de um juiz que está coordenando tudo isso. Tivemos até a CPMI, que é um pouco mais difícil, porque entra o fator político. Mas deixa que as pessoas responsáveis... Tudo já está caminhado.

Há que se ter paciência. Já está consolidado que a competência não é da justiça militar. Deixa cada coisa a seu momento.

Não vamos ter bola de cristal para dizer que o fulano vai ser condenado há mais de dois anos e vai vir para a justiça militar. Temos que ter o respeito à presunção de inocência. Temos que dar o direito ao contraditório, à ampla defesa.

É isso que nós temos que fazer para a gente ter um país grande, um país justo. E um país que comece a pensar realmente em erradicar a fome do nosso país, em ter distribuição de renda, em ser um país solidário. É isso que precisamos.

E não viver tudo o que nós estamos vivendo um contra o outro, dentro de um grupo de WhatsApp não entra nada, se não for das ideias daquele grupo. Se entrar, vai ser crucificado. Então, é isso que nós temos que ter em mente.

Por isso mesmo, eu fico muito feliz em sempre que tenho a oportunidade de falar. Eu sei até que muitas vezes sou criticado, mas isso faz parte do processo. E a gente tem que realmente, quando está em um nível desse, procurar colocar o pensamento da nossa

instituição, procurar mostrar a realidade dos fatos.

É isso que eu imagino. Ministro, nós chegamos ao fim desse nosso podcast. Eu acho que a gente passou, em revista, grande parte da história do país, do Superior Tribunal Militar.

É uma história muito rica, né? Então, uma hora é muito pouco para você falar sobre justiça militar. Agora, ministro, eu queria desmistificar e já o senhor encerrando esse nosso podcast, porque há o mito de que a justiça militar, o Superior Tribunal Militar, é fechado, não é transparente. Todos esses processos estão abertos.

Estão abertos para a sociedade, para pesquisador, para jornalistas. Eu passo essa palavra para o senhor para nós fecharmos esse nosso podcast. Essa parte nossa, eu já estou cansado de falar isso na imprensa.

Eu tive uma entrevista muito interessante com a jornalista Mira Leitão. Conversamos muito sobre esses processos e vimos que realmente há uma imagem deturpada, completamente errada do que vem a ser a justiça militar. A justiça militar é uma justiça que julga com muito critério, muito critério mesmo.

Damos a oportunidade aos advogados que desejam lá fazer suas defesas, palavras contraditórias. Avaliamos, discutimos. Não temos nenhum receio de ficar uma, duas, três, quatro, cinco horas discutindo.

E outra coisa, qualquer dúvida nós estamos abertos. É só ir ao tribunal. Se achar que alguma coisa não está certa, nós estamos abertos.

Eu recebo qualquer pessoa, de qualquer nível, a qualquer momento. Não tenho hora para isso. Qualquer um pode ir lá me procurar.

E eu gosto de receber as pessoas até para ouvir aquilo que normalmente a gente não ouve. Mesmo se for contra o tribunal, é importante que a gente saiba o que estão falando. Então, por isso mesmo, é muito importante que a gente faça tudo isso.

Para finalizar, eu gostaria de falar aqui algumas palavrinhas sobre os nossos antepassados. Eu gostaria de dizer que nossos abnegados antecessores deixaram a lição de como distribuir justiça com independência e serenidade. E é nosso dever, como magistrados, manter acesa a chama do espírito de conciliação e entendimento do nosso país.

E muito obrigado. Ministro, muito obrigado pela presença do senhor, pela essa bela história ao vivo aqui conosco. E você de casa, você do trabalho, muito obrigado pela sua audiência.

Nós acabamos de ouvir o presidente do Superior Tribunal Militar, o ministro Francisco Joseli Parente Camelo, nesse primeiro bate-papo aqui do podcast do Superior Tribunal

Militar. Muito obrigado e até breve.

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.